

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 537.617 - RS (2019/0298968-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : LUIZ PAULO DO AMARAL CARDOSO**  
**ADVOGADO : LUIZ PAULO DO AMARAL CARDOSO - RS067819**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : RONALDO DE LIMA SCHAEGLER (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **DECISÃO**

**RONALDO DE LIMA SCHAEGLER** alega sofrer constrangimento em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** na Apelação Criminal n. 0060475-48.2019.8.21.7000.

Em 25/9/2019, a Corte estadual confirmou a condenação do paciente pelos crimes dos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006, redimensionou a reprimenda para 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, e **determinou o imediato início da execução provisória da pena. O réu foi preso em 30/9/2019**, em decorrência desse mandado de prisão, expedido em 26/9/2019.

Nesta impetração, a defesa assevera: "sequer ocorreu o exaurimento do julgamento pela instância ordinária, de modo que **a determinação da expedição do mandado de prisão se deu antes mesmo de ser publicado o Acórdão do recurso de Apelação**, ato processual que, sabido e consabido, formaliza o início do prazo para a oposição de Embargos de Declaração, medida judicial que, de rigor, será adotada pela defesa de Ronaldo" (fl. 6, destaquei).

Busca a restituição da liberdade do agente, até que haja o exaurimento das instâncias ordinárias.

### **Decido.**

No que diz respeito à possibilidade de prisão após a condenação em segunda instância, faço o registro de que, por ocasião do julgamento do **HC n. 126.292/SP**, o Supremo Tribunal Federal decidiu que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não

compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal" (Rel. Ministro **Teori Zavascki**, Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016).

A matéria foi objeto de novo exame pela Corte Suprema, em 5/10/2016, **nas Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43 e 44**, ocasião em que o Plenário, ao indeferir a tutela cautelar, **conferiu interpretação conforme ao art. 283 do Código de Processo Penal** ("Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva") para assentar que **encontra guarida no texto constitucional o início da execução da pena após prolação de acórdão condenatório**.

Tal entendimento foi reafirmado no julgamento, em 10/11/2016, do **ARE n. 964.246/SP**, **examinado sob a sistemática da repercussão geral**, instituto inserido no contexto da objetivação do controle difuso de constitucionalidade, dado que a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, consoante disposto nos arts. 1.039, *caput* e parágrafo único, e 1.040, I, II e II, ambos do Código de Processo Civil, **de maneira a conferir eficácia *erga omnes* e vinculante à decisão do Supremo Tribunal Federal proferia em recurso extraordinário**.

Por isso, tenho adotado o entendimento de que **o termo inicial da execução da pena deve ocorrer depois do esgotamento da jurisdição ordinária**, uma vez que ainda cabíveis eventuais impugnações pela defesa contra o acórdão vergastado, a ensejar, mesmo que remotamente, possível modificação do entendimento lá consolidado.

Na hipótese, **o paciente foi preso em 30/9/2019**, em decorrência de mandado de prisão, expedido em 26/9/2019 (fls. 61-63) – um dia após o julgamento da apelação criminal. Em consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, o gabinete verificou que **o acórdão foi publicado apenas em 3/10/2019, de modo que ainda há prazo para a oposição de embargos declaratórios**. Assim, não há como, por ora, ser determinada a execução da reprimenda imposta ao réu, porque **não se operou o esaurimento das instâncias ordinárias**.

Nesse sentido:

[...]

2. Na hipótese em que foi permitido à ré recorrer em

# Superior Tribunal de Justiça

liberdade, soa desarrazoado que a expedição de mandado de prisão ocorra de forma automática, tão logo seja prolatado ou confirmado o acórdão condenatório, ainda passível de integração pelo Tribunal de Justiça.

3. Ordem concedida para, confirmada a liminar, assegurar à paciente o direito de aguardar em liberdade **o esgotamento da jurisdição ordinária.**

(HC n. 366.907/PR, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 16/12/2016, destaquei).

[...]

3. Na espécie, de acordo com extrato de movimentação processual obtido na página eletrônica do Tribunal de origem, ainda estão pendentes de julgamento embargos infringentes e de nulidade opostos contra o acórdão proferido no julgamento do recurso de apelação, o que impede a execução provisória da sanção imposta ao paciente, à luz do que decidido pela Corte Suprema. Precedente do STJ.

4. Ordem concedida para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente **até o esgotamento da jurisdição ordinária.**

(HC n. 366.694/SP, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 14/2/2017, grifei)

Por fim, apenas ressalto que, sob o prisma do entendimento do Plenário da Corte Suprema acerca da matéria ora trazida à discussão, não vejo razões que impeçam a concessão, *in limine*, da ordem de habeas corpus, notadamente porque expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, monocraticamente, quando se conformar com jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem de habeas corpus**, para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente, nos autos da condenação objeto do Processo n. 0002592-45.2014.8.21.0073, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Tramandaí – RS, **até o esgotamento da jurisdição ordinária.**

Na hipótese, portanto, de esgotar-se a jurisdição ordinária, cessam os efeitos desta decisão.

Comunique-se, **com urgência**, o inteiro teor desta decisão às instâncias ordinárias, para as providências cabíveis.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intímese.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

